

Travestis brasileiras, imigrantes e trabalhadoras sexuais em Portugal e na Europa. Uma trilogia da discriminação subalternizante. Estruturalismo ou capacidade agencial do sujeito?

Francisco José Silva do Amaral Luís
Doutorado em Antropologia Social e Cultural
Fundação para a Ciência e a Tecnologia IP
Lisboa, Portugal

RESUMO

Este artigo busca aprofundar o papel dos poderes estruturais e infraestruturais na coprodução de identidades, por meio de um exercício tacitamente delegado nas instituições de socialização, passivo ou negociado por seus destinatários. Nesse contexto, há autores que organizaram suas carreiras acadêmicas acentuando outra perspectiva de abordagem, comumente conhecida como estruturalismo ou agência de sujeitos. O estruturalismo, como seu nome indica, vem da estrutura e encontra no discurso e em sua ação modeladora do comportamento um de seus meios privilegiados. A capacidade de agência e autodeterminação dos sujeitos, por sua vez, baseia-se em um argumento que visa fundamentar a relevância da performatividade como sendo ela própria, simultaneamente, consequência e fonte do discurso, mantendo com ele uma estreita relação de reciprocidade dialogicamente condicionante. Nesse quadro, procuraremos analisar autores que assumem uma ou outra posição teórica, tendo como referência não só a sua bibliografia, mas também o estudo de caso de Travestis brasileiros que, a certa altura, ponderaram emigrar para Portugal com o intuito de se dedicarem à atividade profissional que exercem na indústria do sexo, tentando alcançar, tal como outros migrantes, melhores condições de vida. Para tanto, utilizamos a observação participante e não-participante - por meio de entrevistas semidiretivas -, bem como analisamos a evolução das relações de gênero, historicamente muito hierarquizadas. A questão fundamental que levantamos é se a expressão de gênero, a atividade desenvolvida e o projeto migratório empreendido pelas travestis brasileiras estão situados no âmbito de constrangimentos sociais que as pressionaram a fazê-lo, ou se, ao contrário, tais fenômenos ocorrem tendo como origem fundamental sua capacidade agencial dentro da superestrutura, ou ainda, se resultam de combinações sociais diversas entre ambos os polos de abordagem.

Palavras-chave: Identidade, Travesti, Estrutura, Performatividade, Migrações, Trabalho sexual.

1 ESTRUTURALISMO E PÓS-ESTRUTURALISMO

Alguns autores articulam sujeito e estrutura, enquanto lentes indissociáveis de análise com enfoque na vigilância estrutural sobre as identidades e corpos por sua via tornados ilegais (GIDDENS, 1984, 1990, 1997, 2000, 2004, ORTNER, 1984). A partir da perspectiva de um destes posicionamentos, que pode ser designado por pós-estruturalista, Foucault (1978, 2003) não nega a existência de processos de diferenciação identitária ou até a postura (estruturalmente) desviante dos indivíduos face aos poderes; no entanto, sob o ponto de vista analítico, o enfoque é direcionado à forma como os poderes se abatem sobre os sujeitos, como os vigiam, classificam e lhes conferem visibilidade apenas no “encontro com o poder”, momento a partir do qual, e apenas aí, emergem, enquanto, sujeitos institucionalizados



(FOUCAULT, 2003). Este olhar atento da estrutura, sobre os indivíduos, procurando descortinar comportamentos desviantes, reflete a própria imagem do panótico, projetado por Jeremy Bentham em 1791 (FOUCAULT, 1975), em que, através da arquitetura e sua estruturação espacial, se constata e reforçam relações assimétricas de poder e de domínio vigilante. Nesta estruturação espacial do poder, em cada cela, estaria um indivíduo constantemente vigiado por uma entidade - para ele invisível - situada numa torre central, equidistante, relativamente a todas elas e, posicionada, no mesmo plano, relativamente a cada uma delas. Dispostas de forma circular relativamente a esse centro vigilante – a torre.

Outros autores, alegam que a natureza produtiva de identidades, por parte do poder, assume, implicitamente, uma outra dimensão. Nomeadamente, a de que, o que não é estruturalmente viabilizado, se encontra remetido para o plano da não existência legítima, pelo apagamento ou constrangimento de que se torna objeto (NAMASTE, 2000). Por isso, ser uma imigrante indocumentada, travesti e trabalhadora sexual, em tempos de fluxos massivos e muitas vezes, semi-desordenados, num sistema mundo em convulsão, assume, inquestionavelmente um paralelismo evidente – e concomitantemente atuante - com as autodeterminações socialmente expressas de género, quando estas, beliscam a estrutura heteronormativa, em que, assentam a maioria das atuais instituições e sistemas relacionais, hierarquizados. Casamento, parentesco, igreja, moral, culpa, divisão do trabalho, enfim, uma variada panóplia de imbricamentos potencialmente excludentes. As fronteiras, enquanto elementos geograficamente mediadores/estruturantes das relações entre pessoas e países (MEZZADRA, 2005, 2013, MEZZADRA e NIELSON, 2015), ou entre corpos autorizados e subversivos, assumem uma dimensão simbólica que gera taxonomias que, por essência, se revelam discriminatórias.

Butler, inspirada no insight de Rubin (RUBIN IN VANCE, 1984) – segundo o qual, os sistemas sexo e género se influenciavam, condicionando também os atores sociais e suas narrativas identitárias – desenvolve uma teoria da performance e performatividade (BUTLER, 2007, Cf. VALE DE ALMEIDA, 2008 comentando BUTLER, 2007). Segundo ela, a ideia de que as práticas sexuais destabilizavam o género, surge ao ler “The Traffic in Women” (RUBIN 1975 IN LEWIN, 2006), artigo que corresponde a um momento do percurso de Rubin, em que analiticamente, género e sexo/sexualidade, não tinham ainda logrado atingir a sua autonomia sistémica, recíproca. Esta perspetiva parte do pressuposto, que o género é a expressão social da desigualdade entre sexos e a sexualidade a forma como se processa essa hierarquização ao nível das relações entre pessoas e entre pessoas que expressam géneros (CATHERIN MACKINNON in BUTLER, 2007: XII). Na visão de Butler esta hierarquização, surge desde logo a partir do potencial capacidade de se produzir género (*doing gender*), atualizada por um discurso institucional sob múltiplas dimensões, que define à partida, o que é ou não aceitável. Segundo Vale de Almeida, “um modo institucionalizado de pensar, uma fronteira social que define o que pode ser dito



sobre um determinado tópico” (2008, comentando BUTLER, 2007). Mais uma vez, estamos perante uma autora pós-estruturalista, que concebe um sujeito que é mera consequência da norma, vulgo, estrutura que o determina.

2 LINGUAGEM COMO FORMA DE ATUAR SOBRE A ESTRUTURA. EMPODERAMENTO DOS SUJEITOS

No polo inverso, temos Kulick. A esta teoria de uma performatividade, pré-enunciada discursivamente, contra-argumenta Kulick(2003). Tal como Butler, Kulick atribui também grande relevância ao discurso, não obstante, desloca o foco da sua análise para fronteiras externas ao âmbito estrutural (KULICK, 1998) e, ao observar as travestis em Salvador da Bahia, não o faz a partir de um determinado ponto de vista institucionalmente atuante, médico ou legal, por exemplo. Pelo contrário, estabelece como seu objetivo primordial, a análise das suas práticas corporais e sociais, bem como “as palavras usadas para falar das suas vidas.” (1998:14) Neste contexto de abordagem *emic*, direcionada a discursos não hegemónicos, bem como à capacidade dos sujeitos de agirem fora de um determinismo estrutural, absoluto, Kulick começa por distinguir dois conceitos, igualmente importantes para Butler (2007). Também por ela abordados e, agora, reciclados por ele reciclados. “Performance é algo que o sujeito faz. Performatividade, por seu lado, é o processo através do qual o sujeito emerge” (2003 in CAMERON AND KULICK, 2006, p. 286). Desta afirmação, conclui -se que performance pode qualificar um ato/ação desligado de uma intenção temporal mais vasta e, nesse sentido, desenquadrado de um contexto político, social e de interação determinada por poderes negociados e simbolicamente mediados. Provavelmente, com origem numa ação passada, passível de ser reproduzida no futuro e por isso também, suscetível de ser definida com maior rigor analítico na medida em que espelha um determinado posicionamento sociológico do sujeito, fora da interação concreta. O que atribui ao sujeito uma capacidade de intervir e negociar com a estrutura. Inclusivamente, o poder de a subverter.

3 NOTAS CONCLUSIVAS

Em consonância com o que temos vindo a argumentar, performatividade é tudo o que os sujeitos elaboram estrategicamente para se produzirem, enquanto, tais, e, no sentido de se posicionarem num espaço e num tempo sociais, perante si, e, perante os outros. Discurso, postura, gestos, falas, linguagens ou fronteiras simbólicas constituem-se como meios essenciais a esse processo de afirmação. O elemento que medeia todos estes processos é o corpo. As ações discursivas dos atores sociais, mais ou menos concertadas, mais ou menos legitimadoras e legitimadas, mais ou menos evidentes ou implícitas, autorizadas ou proibidas, constituem-se como performatividades e simultaneamente, formas de linguagem que elevam o indivíduo ao plano da comunidade, abandonando o âmbito restrito da mera



performance isolada, desligada de um contexto social mais vasto e apenas sinalizadora de um determinado posicionamento socioantropológico individual, que não aproveita à sua afirmação política. Performatividade, no nosso trabalho pressupõe, portanto, o sujeito e sua linguagem – o corpo como parte dela – assim, como um contexto comunitário e nesse sentido político, que confere reciprocamente sentido às práticas e inteligibilidade aos sujeitos que as executam ou sofrem, através de relações e práticas fluídas, não obstante, por vezes contraditórias:

Ainda segundo Santos (2006), a identidade é sucessivamente uma parada breve num processo de identificação. Os grupos sociais e os indivíduos em sua trajetória de vida acumulam diferentes identidades e, em ocasiões diversas, podem dispor dessas várias identidades complementares e até contraditórias. (SEPÚLVEDA, 2015, p. 111)

Mas o que é a coerência senão uma forma de legitimar um *status quo*? Pois bem, essa oscilação e prevalência, dependem do contexto e da necessidade de ser-se entendido e socialmente classificável, fugindo ao pior dos castigos – o não lugar social. Pior que um corpo estruturalmente ilegal, é um corpo sem lugar. Um indivíduo que nas suas práticas e interações, com elas associadas, não seja entendido pelo outro e, que como tal, não esteja disposto a entender o outro mediante processo similar, não emerge como sujeito em interação. É neste ponto, portanto, que a dimensão política da identidade individual exige grupo social ou comunidade em múltiplas escalas – mediante identificação, partilha ou negação – e que o processo de exteriorização pública e reivindicativa dessa identidade coletiva, distinta das identidades individuais que a formam, pode adquirir, contornos agonísticos. Esse contexto político, em que se esgrimem diferenças, pode envolver negociação, reivindicação e execução de estratégias com vista à prossecução de fins sociais e culturais comuns (reconhecimento institucional, luta por direitos, etc.), dos quais não se excluem emoções e expectativas, sofrimento ou prazer. Neste sentido, a performatividade pode produzir idiosincrasia de grupo ao instituir discursivamente as performances de género expectáveis e as sexualidades esperadas em consonância. É num contexto de globalização, potenciador de transnacionalismos vários, que as performatividades alcançam sob uma perspectiva teórica, maior riqueza e, sob uma perspectiva prática, maior polissemia. Neste enquadramento e sob uma dimensão estrutural, sublinha-se o acentuar da prevalência de interações multisituadas que imprimem instabilidades várias, quer à estrutura, quer às práticas que com ela se relacionam dialogicamente, por oposição, confirmação ou tão só, e, simplesmente, flutuação estratégica. O corpo assume-se inquestionavelmente como seu veículo e dimensão visível. Como afirmam Pelúcio e Miskolci relativamente à performatividade travesti, mais do que apenas subversão ou confirmação da heteronormatividade, ela reflete em determinado sentido a sujeição a parâmetros heteronormativos, que lhes permitam ser entendíveis enquanto seres humanos e sociais (2007:264). O modo? O seu corpo e a forma como através dele comunicam pertenças ou dissidências. Como? Exponenciando uma dupla



subversão política e simbolicamente sinalizada e emitida pelos seus corpos. Travestis e Trabalhadoras do Sexo.

No caso das Travestis Brasileiras em contexto de trabalho sexual, o seu corpo não só se tornou o repositório da sua história e refletor das suas aspirações, como também, se converte, numa linguagem que emite uma expressão de género sujeita a lógicas simbólicas e morais heteronormativas. Paralelamente, sinaliza pertenças e exclusões e, num outro nível, revela-se como objeto da experiência desenvolvida pelo próprio sujeito e simultaneamente, como resultado dessa experiência. O corpo sofre eficácias e constrangimentos, porém, emite, também, eficácias e coercibilidades ao organizar a sexualidade, a expressão de género, as relações laborais, sociais ou religiosas, assumindo-se como um verdadeiro Fato Social Total. A partir dele podemos descortinar as diversas dinâmicas sociais nos mais variados *campus* (BOURDIEU, 2002). O corpo, enquanto, linguagem, enquanto, objeto de produção discursiva e enquanto, vetor estruturante das relações sociais, converte-se ele próprio em norma que hierarquiza o social e, paralelamente, em objeto e simultaneamente fim último dessa hierarquização social ao surgir como sujeito, objeto, linguagem, discurso, experiência e objeto da experiência de todo o processo social. O corpo em última análise reflete as desigualdades sociais e a forma como a sociedade se hierarquiza a dado momento, mediante processos de subjetivação simbólica dos sujeitos que os revelam e desvelam. O corpo do imigrante ilegal, o corpo da trabalhadora sexual, o corpo da MÃE, o corpo da prostituta (OLIVEIRA, 2007), o corpo que atualiza sexualidades autorizadas ou imorais, o corpo da mulher vítima de violência doméstica, o corpo do homem ativo e empreendedor, o corpo da autóctone em contexto de turismo sexual, enfim, todos estes corpos, são objetivamente corpos e biologia, porém, subjetivamente, podem ser tudo no âmbito da produção de identidades, enquanto, submetidos ao crivo do olhar normativizado e normativizante do “outro”. De alguma forma a subjetivação de que temos vindo a tratar, revela-se nos vários e possíveis encontros com o poder (FOULCAULT, 2003). O Migrante de género, económico, geográfico, o que procura asilo. Todos eles, objeto de constrangimentos estruturais, porém, simultaneamente, agentes capazes de resistir e subverter esses constrangimentos.



REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila: Oeiras, Celta Editora, 2002.
- BUTLER, J. Gender Trouble: New York and London, Routledge, 2007.
- CAMERON, D. and KULICK, D. The Language and Sexuality Reader. Routledge: New York, 2006.
- GIDDENS, A. The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration: Cambridge, Polity (publisher), 1984.
- _____. The Consequences of Modernity: Cambridge, Polity Press, 1990.
- _____. Runaway World: How Globalization is Reshaping our Lives: London, Routledge, 2000.
- _____. Sociologia: Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GIDDENS, A. *et al.* Modernização Reflexiva, Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna: São Paulo, Fundação UNESP, 1997.
- FOUCAULT, M. 1978, The History of Sexuality, Volume I, An Introduction: New York, Random house, 1978.
- _____. A Vida dos Homens Infames, Ditos & Escritos IV: Estratégia: Rio de Janeiro Poder-Saber, Forense Universitária, 2003.
- KULICK, D. The Gender of Brazilian Transgendered Prostitutes: American Anthropologist, 1999, pp. 547-585, 1997.
- _____. Travesti: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgender Prostitutes: Chicago, University of Chicago Press, 1998.
- MEZZADRA, S. Direito de Fuga. Lisboa, Edições Unipop, 2012
- MEZZADRA, S. e NEILSON, B. Border as Method, or, the Multiplication of Labor. Duke University Press, 2013.
- NAMASTE, V. K. Invisible Lives: The Erasure of Transsexuals and Transgendered People: Chicago and London, University of Chicago, 2000.
- OLIVEIRA, A., Prostituição, violência e exclusão ou nós e as outras. *Revista da Mesericórdia*, 2007, p. 16-18.
- ORTNER, S. Theory in Anthropology since the Sixties. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 26, No. 1, (Jan), pp. 126-166. 1984.
- PELÚCIO, L. e MISKOLCI, R. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Niterói*, Vol. 7, n. 2, 2007, p, 255-267.
- RUBIN, G. The Traffic in Women. Notes on the “Political Economy” of Sex. Ellen Lewin (ed.), 2006, *Feminist Anthropology: A Reader*: Oxford, Blackwell Publishing Ltd, pp.88-106, 1975.



RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. in Carol Vance (ed.), *Pleasure and. Danger*, Routledge: New York, 1984, pp. 143-178.

SANTOS, P. *Tavestis: Corpos Ambíguos, Gêneros em Cheque*. Comunicação na Conferência Sexualidades, Corporalidades e Transgêneros: Narrativas Fora da Ordem, ST 16: Florianópolis, 2006.

SEPÚLVEDA, D. Formação de Identidades e Processos de Subjetivação na Escola. *Revista Teias* v. 16, n.º 43, p. 103-116 (out./dez. - 2015): A produção biopolítica das definições curriculares no Brasil contemporâneo.

VALE DE ALMEIDA, M. *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*: Lisboa, Fim de Século, 2000.